



**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
SECRETARIA DE GESTÃO  
GERÊNCIA DE ARQUITETURA, PROJETOS E OBRAS**

---

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA  
ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE  
REFORMA PARCIAL DO PRÉDIO SEDE DA PGE**

**1. DISPOSIÇÕES INICIAIS**

O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com base nas demandas provenientes das adequações de layout do prédio sede da PGE – Rua do Carmo, 27, Centro, Rio de Janeiro / RJ. Este ETP tem por finalidade estabelecer critérios, parâmetros e os requisitos mínimos necessários para a execução da obra de reforma e deve servir como suporte às demais etapas do Planejamento da Contratação de empresa especializada nos serviços em questão, norteando a elaboração do Projeto Básico.

**2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação em tela se justifica pela necessidade atender as adequações de layout da PGE para suprir as demandas de ajustamento de estruturas laborais, destacando-se a necessidade de reestruturação do 1º e 2º andar do prédio da PGE proveniente da transferência da Biblioteca e demais setores do CEJUR para o prédio recém reformado do antigo Convento do Carmo.

**3. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO**

A contratação está alinhada ao Plano Estratégico da PGE, que nas Perspectivas dos Processos Internos, possui dentre outros objetivos adequar a infraestrutura e a segurança física de suas instalações, a fim de promover melhorias estruturais e de segurança das pessoas e da instituição.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1 A obra deverá ser executada no endereço: **Rua do Carmo, 27, Centro, Rio de Janeiro / RJ**, conforme cronograma a ser definido pela PGE-RJ.



**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**  
**SECRETARIA DE GESTÃO**  
**GERÊNCIA DE ARQUITETURA, PROJETOS E OBRAS**

---

- 4.2 Todos os itens entregues e instalados deverão ser fabricados com material de primeira qualidade e atender, no que couber, às normas técnicas pertinentes atualmente em vigência.
- 4.3 Dentre os requisitos técnicos, necessários à contratação, ressalta-se a necessidade de comprovação técnico operacional da empresa licitante, por meio de declaração da empresa interessada de possuir em seu quadro de pessoal, Responsáveis Técnicos: engenheiro civil ou arquiteto comprovados os registros dos Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica-Operacional, fornecido(s) pelo Conselho Profissional Competente, que comprove(m) que a empresa licitante ou seus profissionais habilitados tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica.
- 4.4 A obra deverá ter garantia mínima de 05 (cinco) anos. O prazo de garantia só será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à entrega da obra e do aceite definitivo da comissão de fiscalização da PGE. O Termo de Garantia deverá ser entregue, à comissão de fiscalização, juntamente com o Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.5 É importante a análise dos projetos para as verificações necessárias a fim de permitir a execução da obra conforme projetado. É de responsabilidade do contratado realizar inspeção prévia dos locais de instalação, a fim de conferir in loco as medidas, eventuais diferenças e condições de execução.
- 4.6 Todas as opções de material de acabamento a serem utilizados deverão ser previamente aprovados junto à fiscalização da obra.



**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**  
**SECRETARIA DE GESTÃO**  
**GERÊNCIA DE ARQUITETURA, PROJETOS E OBRAS**

---

## **5. ESPECIFICAÇÃO**

As especificações seguem aquelas já utilizadas na sede desta Procuradoria, de sorte que os materiais empregados devem observá-las integralmente, a fim de que sejam fornecidos materiais similares aos anteriormente utilizados, mantendo-se o padrão adotado.

No objeto da presente contratação, não foi vislumbrada nenhuma nova tecnologia que melhor atendesse às necessidades da PGERJ nesse segmento, daí serem mantidas as rotinas consagradas na construção civil para a presente contratação.

## **6. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

O Valor total estimado para a contratação será apurado com base no Catálogo de preços da EMOP e outros sistemas de custos.

Os itens que não existirem no Catálogo da EMOP, serão obtidos em outros sistemas de custos e Cotação de Mercado.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

a) Definição do objeto de contratação e critérios de manutenção e assistência técnica;

Com base nas considerações apresentadas anteriormente, visa-se a contratação de empresa especializada de engenharia para a elaboração de projeto executivo e execução da obra de reforma parcial do prédio sede da PGE, a ser realizada pela Procuradoria Geral do Estado à Rua do Carmo, nº 27 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

Os serviços a serem executados estão descritos no Projeto Básico.

A empresa que executar a obra deverá ser responsável pela solidez e segurança do trabalho por um período irredutível de 05 (cinco) anos, conforme elencado no artigo 618 do Código Civil Brasileiro, da Lei de Licitações e demais normas vigentes.

Durante este período e após o vencimento deste, as manutenções preventivas necessárias serão realizadas pela PGERJ.

b) Definição e justificativa da natureza do serviço;



**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
SECRETARIA DE GESTÃO  
GERÊNCIA DE ARQUITETURA, PROJETOS E OBRAS**

---

A prestação de serviço em questão não possui natureza contínua e não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

No caso específico, por tratar-se de obra de engenharia, relativo à reforma, não seria tecnicamente viável o parcelamento por lotes, tendo em vista tratar-se de um único projeto arquitetônico cuja o gerenciamento e a compatibilização deve ser realizada por uma única empresa responsável que coordene as ações integradas de todas as disciplinas envolvidas. O parcelamento seria inadequado, levando a não integração das partes da solução como um todo e, consequentemente, o não atendimento da necessidade que originou a contratação.

**9. RESULTADOS PRETENDIDOS**

A contratação nos moldes especificados neste estudo almeja a adequação do ambiente de trabalho no prédio sede da PGE, tornando-o propício à realização das atividades dos setores específicos previstas para cada andar.

**10. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

Considerando a crescente preocupação da sociedade em relação às questões ambientais e desenvolvimento sustentável, e ainda considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e a saúde pública, caberá à CONTRATADA o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado quando da utilização de resíduos, tais como óleo, gás refrigerante, entre outros, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação aplicável (IN nº 01-SLTIMPOS, 15/12/2010), inclusive assumindo o compromisso de cumprir todas as normas (legislação). A contratada deverá emitir o Manifesto de Resíduos de acordo com as exigências do Instituto Estadual do Ambiente – INEA estabelecidas na Resolução CONEMA nº 79 de 07/03/2018 - NOP INEA nº 35 – Norma Operacional para o sistema online de manifesto de transporte de resíduos – SISTEMA MTR.



**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**  
**SECRETARIA DE GESTÃO**  
**GERÊNCIA DE ARQUITETURA, PROJETOS E OBRAS**

---

**11. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Declara esta Equipe de Técnica que a contratação pretendida é viável, uma vez considerada a grande quantidade de empresas prestadoras de serviço desse segmento existentes no mercado, disponibilidade financeira do órgão, disponibilidade no quadro técnico de equipe técnica qualificada para fiscalização e gerenciamento.

**12. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA**

11.1 PROJETO DE ARQUITETURA

11.2 PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

**13. REFERÊNCIAS**

*– Instrução Normativa nº 5 de 25 de maio de 2017 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*

*– Plano Estratégico da Procuradoria Geral do estado do Rio de Janeiro*

Elaborado por:

Patricia Gullo Campos Frade – ID 4327645-8

Fernanda Espechit Coelho – ID 5016469-4

Débora Alves Caniçali

– ID 4359636-3